



Investigação de enquadramento jornalístico no caso dos conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul¹

RAPOSO, M.M. Mestrando em comunicação, UFMS²

RESUMO:

O projeto de pesquisa propõe a investigação do enquadramento dos fatos apresentado pelo jornal sul-mato-grossense *Correio do Estado* que definiram como acontecimento jornalístico o conflito entre produtores rurais e índios no estado do Mato Grosso do Sul, que gerou uma série de produtos jornalísticos nos meses de agosto, setembro e outubro de 2015. Assim buscamos evidenciar os mecanismos (organizacionais, políticos, ideológicos e culturais) e personagens (jornalistas e fontes) que entram em cena na determinação de um acontecimento jornalístico. Nossa investigação inscreve-se portanto no âmbito de teoria do jornalismo. Partindo da compreensão do jornalismo como construção social de narrativas dos fatos do mundo, utilizaremos o método de análise de conteúdo da mídia. Entendemos que esta metodologia nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos a lógica organizacional por trás das mensagens.

Palavra-chave: história do jornalismo, teoria do jornalismo, conflitos indígenas

¹ Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo do 3º Encontro do Centro-oeste de História da Mídia. Campo Grande, MS, junho de 2016

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Email: mauraposo@hotmail.com

INTRODUÇÃO:

No dia 29 de agosto de 2015 foi assassinado o índio Guarani-Kaiowá Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, no município de Antônio João, localizado a 273 Km de Campo Grande. A morte ocorreu após os produtores rurais da região se reunirem na sede do sindicato rural e decidirem retomar, utilizando-se dos seus próprios meios, uma fazenda ocupada pelos índios.

Dias antes do assassinato, o evento já vinha pautando a imprensa local. Em agosto, setembro e outubro de 2015 o conflito estampou capas, reportagens e notas. Alimentou editoriais e colunas de opinião em jornais e *sites* de notícia. O envolvimento dos mais diversos níveis da sociedade é notável.

O episódio é mais uma manifestação do conflito entre povos indígenas e proprietários rurais no estado do Mato Grosso do Sul. E vem gerando repercussão política e mobilização de entidades representantes dos indígenas e dos produtores rurais, posicionamentos de intelectuais, artistas e da justiça.

Recentemente duas CPI's (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul que refletiram a disputa de posições. Uma sobre o CIMI³ (Conselho Indigenista Missionário), entidade ligada a Igreja Católica, e outra sobre o Genocídio Indígena⁴. Se na primeira os produtores rurais intencionam criminalizar o movimento de defesa da causa indígena, na segunda, os a ação e omissão do Estado do Mato Grsso do Sul diante dos métodos violentos dos produtores rurais são condenados pelos representantes dos índios.

No Congresso Nacional tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71 que permite a indenização de possuidores de títulos relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. Além da PEC 215, que transfere ao Congresso o poder das demarcações de terra que, hoje, é da Fundação Nacional do Índio (Funai).

³ O relatório final da CPI do CIMI foi aprovado no dia 10 de maio de 2016 e bastante contestado por alguns membros parlamentares, ensejando a relatoria de um parecer alternativo.

⁴ O relatório final da CPI sobre a Ação/Omissão do Estado do Matagrosso do Sul em genocídios contra os povos indígenas foi apresentado no dia 01 de junho de 2016.

No dia 11 de novembro de 2015, B-Negão e Criolo, reconhecidos artistas nacionais, realizaram um show no “MBARAETÉ – RESISTÊNCIA: Festival Povos da Terra 2015”, na Casa das Caldeiras, em São Paulo. O objetivo foi chamar a atenção da sociedade contra as violações dos direitos indígenas. O evento foi especialmente dedicado aos povos envolvidos nos conflitos em Mato Grosso do Sul.

O assassinado do dia 29 pode ser tratado como um acontecimento. Segundo o pensamento do sociólogo José de Souza Martins, o acontecimento é “um adensamento problemático” das contradições socioculturais e históricas. É ainda, um “ponto de reparo metodológico” a partir do qual o pesquisador arguto pode compreender a dinâmica da sociedade.

Se o assassinato pode ser entendido como um acontecimento na acepção sociológica, do ponto de vista da pesquisa em comunicação, mais especificamente, em jornalismo, é um episódio do acontecimento jornalístico que tomou as páginas dos jornais.

Ainda em 1690, o alemão Tobias Peucer, em sua tese de doutoramento, já ressaltara a relação que o jornalismo tem com a história. O jornalista é visto como o responsável por incluir ou excluir alguns acontecimentos na história. No complexo dia a dia do fazer jornalístico, trazer ou não fatos e acontecimentos para a existência histórica, encerra uma das grandes questões no desenvolvimento do conhecimento jornalístico (SODRÉ, 2009; TRAQUINA, 2005).

Se retomarmos o acontecimento como uma manifestação de contradições imanentes às estruturas sociais, a expressão narrativa feita pelo jornalismo, no imediato do cotidiano e da vivência histórica, não estará imune às várias representações de mundo em disputa, e por conseguinte, não só a decisão *do que* fará parte da história, mas *como e quem* serão seus protagonistas definirão as narrativas dos fatos.

Além de inscrever os fatos na história, merece portanto destaque a forma como os fatos são apresentados, que relações estabelecem com as ideias que o emolduram, delimitam,

selecionam. Schwarcz (2001) demonstra, através de extensa pesquisa em jornais paulistas do período em torno de proclamação da república e da abolição da escravidão, que *o quê e como* se fala sobre os negros têm íntima relação com as ideias sociais, sejam científicas, filosóficas e ou de senso comum, que compõem as representações sociais. Fica evidente que as manifestações noticiosas e o enquadramento que lhes é dado são consoantes às formas sociais em que se inserem. Os jornais criam, recriam e são criados nas e pelas sociedades que lhes dão vida.

A autora ressalta que sua pesquisa teve como intenção “registrar e interpretar a própria diversidade de concepções”(SCHWARCZ, 2001, p. 16) mas destacando que, por mais que fossem diversas, essas concepções expressavam os modos como os brancos falavam dos negros, num momento de mudanças sociais marcantes. Assim sendo, a narração dos fatos se dá sob a égide de visões de mundo hegemônicas.

Podemos apresentar nosso objeto de pesquisa como o estudo do enquadramento jornalístico, enquanto expressão de representações sociais localizadas em tempo e espaço específicos, manifestado na conformação da narração dos fatos acerca dos conflitos entre indígenas e produtores rurais no estado do Mato Grosso do Sul.

Trata-se de uma pesquisa no campo da teoria jornalística. Mais especificamente dos determinantes da construção da narrativa dos fatos, tais como critérios de notabilidade, valores-notícia e enquadramento técnico.

Diante do exposto, parece-nos justificável propor a investigação do objeto à partir da análise do jornal sul-mato-grossense *Correio do Estado*. A escolha da publicação se justifica por ser o periódico noticioso de maior tiragem e circulação no estado Mato Grosso do Sul⁵.

Buscaremos evidenciar os mecanismos (organizacionais, políticos, ideológicos e culturais) e personagens (jornalistas e fontes) que entram em cena na determinação do acontecimento jornalístico.

⁵ O Jornal Correio do Estado foi fundado em 1954; tem uma tiragem de 17500 exemplares diários, além de contar com uma versão *on line*. E tem circulação em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Fonte: www.portaldemidia.ufms.br, acessado em 25 de maio de 2016.

Os conflitos entre indígenas e proprietários rurais vêm despertando interesse de pesquisadores nos últimos anos. Em 2015 duas dissertações de mestrado do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul abordaram o tema.

Corrêa realizou, em sua dissertação de mestrado, intitulada “Audiovisual Autoral dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul: mapeamento e análise”, trabalho descritivo de mapeamento dos audiovisuais realizados pelos indígenas de Mato Grosso do Sul no século XXI. O autora busca a localização de seus autores, além de apresentar informações e reflexões. Em seu trabalho acentua a superficialidade das representações sobre as diferentes etnias. E destaca o papel das abordagens normalmente veiculados na mídia no reforço de preconceitos.

Já Fildelis analisou as representações sociais nos conteúdos referentes aos trabalhos cinematográficos produzidos pela etnia Guarani-Kaiwá, em dissertação de título “Cinematografia Indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá.

Maldonado (2014), em dissertação de mestrado, realizou uma análise do textos, vinculado nas mídias *on line*, que tratavam do conflito entre fazendeiros e índios no Mato Grosso do Sul. A autora conclui que

“fica evidente que as discursividades sobre os Guarani e Kaiowá, produzidas, a partir da questão territorial, operam numa tensão entre o instituído e o que se propõe subverter. De um lado temos o discurso jornalístico, de outro o dos indígenas, que se manifestam na internet, justamente pela insatisfação com a figura de índio representada pela imprensa, de modo geral.” (MALDONADO, 2014, p.88)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Nossa investigação inscreve-se no âmbito de teoria do jornalismo. Torna-se imprescindível o posicionamento em relação às formas de compreensão do objeto

específico do campo: a notícia. Entender tanto a definição do objeto, de valor-notícia, noticiabilidade e enquadramento (*frame*) são passos iniciais a que nos dedicaremos.

Segundo Sodré (2009, p.26),

“... o jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos, portanto, de uma rotina industrial atravessada por uma polifonia discursiva, surgem os relatos de fatos significativos (os acontecimentos) a que se dá o nome de notícia. Em todo esse processo o jornalista é apenas parcialmente autônomo, já que tem de obedecer às regras de um planejamento produtivo, assim como de uma concepção coletiva de acontecimento, que em parte o ultrapassa, fazendo com que a seleção das ocorrências informe tanto sobre o campo profissional do jornalismo quanto sobre o meio social a que se refere a notícia.”

Sodré afirma, amparado em Aristóteles, que o esquema narrativo próprio da construção jornalística pode ser comparado à *mimese*, entendida como o “aproveitamento de aspectos da realidade para produzir um discurso que lhe é semelhante ou homólogo”(SODRÉ, 2009, p.37). Diferentemente da ficção, a *mimese* do discurso informativo tem uma referência sócio-histórica. Longe, no entanto, de ser um espelho da realidade objetiva, como preconizavam pensadores de inspiração positivista, o discurso jornalístico parte de um fato bruto, transforma-o em acontecimento através de uma interpretação singularizante, um processo ordenado de versões, afinadas ao *habitus* próprio ao campo jornalístico e ao contexto sociocultural mais amplo.

Em consonância com o aspecto industrial destacado por Sodré, Traquina (1999) afirma que as notícias são resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias).

Entendida a notícia como produto final do fazer jornalístico, cabe perguntar como se define o que será publicado. O que faz do acontecimento perceptível, selecionável e transformável em notícia? Tal questão nos remete a noção de noticiabilidade, que pode ser definida como:

“todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais dos jornalistas, cultura

profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa da mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2005, *apud* SILVA, 2014, p.72)

Esses fatores não são rígidos nem universais; possuem uma natureza esquiva, opaca e contraditória e tendem a mudar com o tempo.

Várias teorias foram elaboradas para tentar explicar como se define o que é e o que será notícia, produto do discurso jornalístico, e a forma que terá, ou como será elaborada a narrativa jornalística.⁶

Jorge Pedro Souza oferece-nos um modelo explicativo para a definição de notícia e dos critérios de noticiabilidade, que procura abarcar os vários níveis de determinação enfatizados separadamente nos diferentes modelos teóricos anteriormente desenvolvidos. A partir dos trabalhos de Schudson (1998) e Shoemaker & Reese (1996), afirma que há diferentes níveis de determinação da seleção noticiosa. Tanto a ação pessoal, a ação social, a ação ideológica quanto a ação cultural são aspectos precípuos na definição do que é notícia.

As teorias que destacam a ação pessoal, como o do *gatekeeping*, enfatizam os elementos subjetivos do agente como determinante último do que será notícia. Atribuem portanto um poder discricionário afeito aos valores, crenças e expectativas do agente individual.

Nos modelos em que a ação social é destacada há proeminência dos valores compartilhados, da organização burocratizada e da relação entre jornalistas e as fontes como elementos explicativos. As teorias sobre as rotinas jornalísticas e sobre os constrangimentos organizacionais, como a de Breed (1955) são exemplos clássicos desta tendência. Dentro desta linha, Neveu (2006) é enfático ao afirmar que grande parte das falsas percepções sobre o trabalho jornalístico se deve “à visão individualista que identifica o jornalista com um profissional liberal da informação”. O autor propõe

⁶ Herbert Gans (2004) também elaborou uma síntese dos modelos explicativos e os classificou em quatro grupos: centrado no indivíduo, centrado na organização, centrado na natureza dos eventos noticiáveis e centro nos determinantes extra-organizacionais. Ver Silva (2014).

analisar o trabalho jornalístico a partir de uma perspectiva da sociologia do trabalho ou das organizações.

A ação ideológica também exerce influência como configuradora da notícia. A ideologia é um sistema de enquadramento de referências através das quais a pessoa vê mundo, a si mesma e as toma como naturais e óbvias.

A ação cultural é uma chave explicativa de destaque para se definir o que é notícia. As temáticas abordadas e, principalmente, o enquadramento (*frame*) dado aos acontecimentos estão diretamente ligados à gramática cultural.

O fato é que todos os níveis de ação explicam parcialmente os mecanismos da dinâmica de seleção noticiosa. Os valores-notícia são uma construção em que elementos da subjetividade dos jornalistas, das rotinas profissionais, das ideologias hegemônicas (e resistências contra-hegemônicas) assim como elementos da cultura contribuem em sua formatação.

Shoemaker & Reese (1996 *apud* SILVA, 2013) também propõem um modelo sintético ou “unionista”. As determinações da notícia dividem-se em cinco níveis de análise. O primeiro é o nível da influência individual, no qual os elementos da análise são (1) as características individuais dos comunicadores definidas por aprendizados e experiências cognitivas, (2) experiências profissionais, (3) atitudes, valores e crenças individuais, (4) funções profissionais e premissas éticas a elas atreladas, (5) influência desempenhada pelos indivíduos no organograma das empresas. O segundo nível é o das rotinas profissionais, onde se analisa os balizadores da atividade noticiosa compartilhados, tais como os elementos operacionais e os elementos simbólicos. O terceiro nível é da influência organizacional, em que o foco são a hierarquia e o organograma e a gestão da empresa jornalística. No quarto nível de análise temos as influências extra-organizacionais, em que se destacam as fontes, anunciantes, agentes empresariais e governamentais, ambiente econômico e tecnológico. Por fim, temos o nível das influências do sistema social, ou seja, da cultura e da ideologia.

Os dois modelos apresentados inserem-se na mesma tendência de “construção de uma teoria que possa contemplar a multifacetada natureza da atividade jornalística [que] leve em consideração a conciliação de diferentes argumentos, hipóteses e pontos de vista” (SILVA, 2013, p. 51)

Não só a definição do que se torna notícia mas a forma ou enquadramento técnico que terá depende desses múltiplos níveis de determinação.

O enquadramento técnico é o ajuste do fato a um quadro de referência. Baseado na concepção de *frame*, do sociólogo Irving Goffman, pode-se entender que enquadrar é ser consoante a um “sistema de referências (regras, esquemas interpretativos) que permite atribuição de sentido a uma ocorrência ou uma situação qualquer, de modo a organizar a experiência social”(SODRÉ, 2009, p.51). Cabe ressaltar que o sistema de referência pode ser de natureza política, ética ou estética, e sempre em sintonia com a cultura de um grupo específico, num determinado contexto sócio-histórico. Portanto, segundo Sodré, “o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, constrói) o acontecimento.”(SODRÉ, 2009, p.38)

O enquadramento não pode ser entendido como um limite ideológico imposto à construção noticiosa, definido exclusivamente por um grupo de interesse. Mas como um consenso entre os atores midiáticos (jornalistas, *gatekeepers*, *publishers*) e atores extramediáticos, que podem “ser vistos como personagens de um enredo em busca de verossimilhança”(SODRÉ, 2009, p.41)

Na construção narrativa do fato, ainda segundo Sodré (2009), há uma tendência de produzir um conhecimento que se situa entre o senso comum e o conhecimento sistemático. Isto acontece porque há o reconhecimento tácito, por parte do meio jornalístico, de que o senso comum estabiliza a experiência da realidade dos indivíduos e gera a sensação de pertencimento à coletividade. O senso comum é entendido como o que os gregos chamavam de *doxa*, ou a experiência de realidade limitada à sensibilidade; uma expressão coletiva que reduz a complexidade factual a imagens de fácil trânsito comunicativo, a opinião. “O conhecimento de senso comum apenas repete as opiniões e preconceitos adquiridos no dia a dia, sem nenhuma preocupação com sua

justificativa e análise.”(SODRÉ, 2009, p.62) Por conhecimento sistemático, o outro extremo que baliza a narrativa jornalística, nos referimos às elaborações das esferas da ciência, da religião, da filosofia e até da ideologia.

Nossa pesquisa tem por objetivo compreender em que medida a narrativa dos fatos sobre os conflitos indígenas incorporam ora elementos do senso comum ora elementos do conhecimento sistemático. E dessa forma como enquadram o fato e portanto definem o acontecimento jornalístico veiculado.

Portanto, buscaremos responder a seguinte questão: como o jornal enquadró o fato e definiu o acontecimento jornalístico. Que questões se mostram relevantes a partir da análise aos elementos textuais e gráficos e às construções do conteúdo noticioso, como seleção de fontes, hierarquia de matérias, seleção de manchete e títulos na conformação final do acontecimento jornalístico.

Para tanto, escolhemos como objeto de análise o jornal *Correio do Estado*. Partimos de um *corpus* formado pelos exemplares do jornal publicados entre agosto e outubro de 2015. Neste período o conflito indígena entra em pauta no jornal e, em função do assassinato do índio Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, será abordado em notícias, editoriais e colunas de opinião.

METODOLOGIA:

Partimos da concepção metodológica elaborada por Lopes (2005) segundo a qual a pesquisa científica em comunicação deve ser pensada como uma construção articulada de instâncias metodológicas, quais sejam, a epistemológica, a teórica, a metódica e a técnica. Neste sentido temos uma definição estrutural em que as grandes partes se ligam verticalmente edificando um todo coerente e rigorosamente científico. Completa-se o sistema com uma etapa horizontal em que se constroem e reconstoem os processos ou fases ou operações metodológicas que se realizam dentro de cada instância.

A instância epistemológica está ligada à vigilância crítica da pesquisa e refere-se às opções paradigmáticas adotadas, e que guiarão as fases operativas de ruptura e de

construção do objeto. Esta instância se realiza no *controle* das definições da problemática e da revisão conceitual e teórica que nos permite uma aproximação do objeto de pesquisa. Destacamos que um objeto não se encontra dado pela realidade, mas é uma elaboração dialética de operações indutivas e dedutivas, em um diálogo constante entre empiria e teoria

A instância teórica, nas palavras da autora, “é o lugar da formulação sistemática das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação” (LOPES, 2005. p.123). A instância epistemológica fornece o arcabouço geral sobre o qual a instância teórica se instaura na busca por clarear as relações entre os dados e assim propor hipóteses de trabalho. Portanto a teoria é concebida “ em função da pesquisa, na direção da experiência do real na qual ela confronta os fatos que ela própria suscitou em seu sistema de hipóteses.” (LOPES, 2005, p.125). A fase operativa da instância teórica se dá na formulação do objeto e na explicitação conceitual. Estas fases se materializam na elevação do objeto real em objeto científico, dentro de uma consistência semântica, como um corpo de conceitos articulados logicamente que permitirão a elaboração operacional entre teoria, hipóteses e dados do real.

A instância metódica refere-se à enunciação das regras de estruturação do objeto científico. Trata-se da objetivação da problemática dentro de quadro de análise a partir da definição de estilo argumentativo, “numa espécie de 'arquitetônica' do discurso.”(LOPES, 2005, p.127). Esta ligada, por um lado, à forma da exposição enquanto rigor e coerência interna do discurso científico. E, por outro lado, a causação que “consiste em traçar conexões entre teses, variáveis, proposições.” (LOPES, 2005, p.127)

Por fim, a instância técnica consiste na relação com os dados e objetos empíricos. Nesta instância as operações metodológicas são a observação, seleção e operacionalização dos dados. Essas operações estão sempre relacionadas às perspectivas teóricas adotadas. Podemos dizer que são os procedimentos, geralmente elencados em manuais de metodologia, muitas vezes de forma estanques e separados dos referenciais teóricos e metódicos que os ensinam.

Nesta concepção metodológica ampla as instâncias não são estanques e autônomas. Mas são interdependentes e devem ser pensadas e repensadas durante todo o desenvolvimento da pesquisa visando ao controle do rigor científico que atribuirá validade e relevância ao trabalho do pesquisador. Isto significa que as diferentes instâncias se sucedem lógica e cronologicamente mas não se encerram em si mesmas. O retorno lógico para refinamento e controle da coerência deve ser exaustivamente empregado durante do as etapas da pesquisa.

Em nossa pesquisa as instâncias epistemológicas e teóricas foram preliminarmente apresentadas no início de nossa exposição do projeto. Cabe agora seguirmos para explicitação dos procedimentos técnicos, ou seja, os processos de observação empírica, os quais permitem estabelecer conexões entre o objeto, os objetivos e as hipóteses de trabalho.

A observação será precedida de elaboração do objeto e guiada pelo corpo de hipóteses elaborado. As perguntas levantadas definirão qual o dados da realidade serão importantes para o pesquisador. Lopes (2005, p.143) assim sintetiza o problema: “feita a formulação do problema, esta deve indicar o tipo de dados a procurar e como obtê-los, o tipo de tratamento a dar-lhes, como vinculá-los ao quadro teórico da pesquisa.” À observação integra-se, necessariamente, a descrição e a interpretação.

Nosso objetivo é investigar as manifestações representativas que definem o enquadramento do fato noticioso. As representações, valores, ambiguidades, contradições e tendências, assim como as personagens, presentes na narrativa jornalística sobre o que se convencionou chamar, nos meio jornalístico, de “Conflitos Indígenas”.

Em função do tipo de pesquisa que estamos realizando optamos pela técnica de amostragem entendida como a seleção de dados de dimensão e composição representativa da acordo com o objeto de nossa pesquisa. A partir desta seleção pretendemos proceder à análise de conteúdo da mídia.

Esta técnica é entendida como “método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontradas na mídia” (HERSCOVITZ, 2008, p.126). A análise de conteúdo é pertinente aos estudos exploratórios, descritivos e explanatórios e permite desvendar os significados implícitos e aparentes dos signos e das narrativas jornalísticas.

Ainda segundo Herscovitz (2008, p.123) o método “pode ser utilizado para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”. E, por fim, conclui: “A análise de conteúdo da mídia, nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos à lógica organizacional por trás das mensagens.”(HERSCOVITZ, 2008, p.124)

Na análise de conteúdo são medidos conceitos, ou seja, “elementos abstratos que representam classes de fenômenos”(HERSCOVITZ, 2008, p.132). Em nosso estudo avaliaremos conceitos ligados à questão dos conflitos indígenas veiculados ou não na narração dos fatos.

O primeiro passo na construção do método é a definição dos conceitos a serem avaliados. Portanto partiremos de definições previamente elaboradas na instância de definição do objeto, a partir do nosso referencial teórico. O segundo passo é a construção de definições operacionais, que esclarecem como os conceitos serão medidos, a partir das quais vamos iniciar a definição da amostragem. Passo importante do método é a definição das unidades de registro, que podem ser palavras, frases, temas, parágrafos ou textos inteiros.

Nossa análise será preferencialmente qualitativa, com amostragem não-probabilística, uma vez que pretendemos utilizar como unidades de registro textos inteiros e temas. Como textos inteiros entendemos as manchetes, editoriais e notícias em que se encontram os conteúdos latentes. Como temas nos referimos a uma unidade de texto em que estão claros sujeito, verbo, objeto, a ação e o alvo da ação.

Em nossa pesquisa as unidades de registro serão textos opinativos e noticiosos, publicados no jornal *Correio do Estado*, em oferecem indícios, explícitos ou implícitos, de vinculação à temática dos conflitos entre produtores rurais e indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Portanto a amostragem não-probabilística se justifica porque nos permite traçar o mapa de significados acionado pelo periódico que definirá o enquadramento construído.

REFERÊNCIAS:

CORRÊA, M. A. **Audiovisual Autoral dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul: mapeamento e análise.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2015

FIDÉLIS, C. N. **Cinematografia Indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2015

HERSCOVITZ, H. G. **Análise de conteúdo em jornalismo.** In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação.** 8. ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MALDONADO, C. H. **O Conflito entre os Gurani e Kaiowá e fazendeiros em MS: Análise Discursiva na Mídia *On Line*.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2014

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001

SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana.** 2013. 243f. Tese

(Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2013.

SILVA, Marcos Paulo da. **Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia.** In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs). Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicação. Florianópolis: Insular, 2014, p. 71-83.

SODRÉ, Muniz. **O discurso do acontecimento.** In: SODRÉ, Muniz. A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009, p. 20-135.

SOUSA, J. P. **As Notícias e os Seus Efeitos.** Coimbra: Minerva Editora, 2000.

SOUZA MARTINS, José de. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Vol. 1, Ed. Insular, 2. ed., Florianópolis, 2005